

PROTOCOLO

Considerando que:

Os Julgados de Paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios da proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os Julgados de Paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela Mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo Julgamento pelo Juiz de Paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos Julgados de Paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a Justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Da avaliação que foi efectuada, relativamente ao funcionamento dos quatro Julgados de Paz criados, a título experimental, em 2002, quer pelo Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, órgão que funciona junto da Assembleia da República, quer pelo Ministério da Justiça, se concluiu pela validade do projecto, recomendando-se o seu desenvolvimento, através da criação de novos Julgados de Paz e pelo alargamento, por via legislativa, das inerentes competências em razão do valor e da matéria;

Os Julgados de Paz se enquadram, pelas razões assinaladas, na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de melhorar o sistema de administração da Justiça;

A iniciativa e a vontade manifestada pelo Município de Coimbra em dispor de um Julgado de Paz.

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, José Pedro Aguiar Branco e o Município de Coimbra, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel de Sousa Encarnação, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz do Município de Coimbra, que abrange todas as freguesias do Concelho, o qual fica localizado no Campus Universitário, Quinta dos Plátanos – Bemcanta, em Coimbra.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do Julgado de Paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os Serviços de Atendimento e de Apoio Administrativo do Julgado de Paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos Juizes de Paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos Mediadores que prestam serviço no Julgado de Paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos Mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;

- g) Instalar e promover o acompanhamento do sistema informático que permita a gestão integrada do Julgado de Paz;
- h) Proceder à divulgação do Julgado de Paz.

TERCEIRA

Compete ao Município de Coimbra:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo este espaço físico, designadamente:
- Gabinete dos Juizes de Paz;
 - Gabinete dos Mediadores;
 - Sala de Audiência de Julgamento;
 - Sala de Mediação;
 - Sala de Pré-Mediação;
 - Sala de Testemunhas;
 - Sala de Espera;
 - Sala de Apoio Administrativo;
 - Sala de Atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, como as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os Serviços de Atendimento e de Apoio Administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de

forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;

j) Apoiar a divulgação dos Julgados de Paz.

QUARTA

1 - Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do Julgado de Paz, é este dotado de:

- a) Um (1) Juiz de Paz;
- b) Os Mediadores que constam da lista a que se refere o nº 1 do artigo 33º da Lei nº 78/2001, de 13 de Julho;
- c) Três (3) elementos no Serviço de Atendimento;
- d) Dois (2) elementos no Serviço de Apoio Administrativo.

QUINTA

1 - O horário de funcionamento do Julgado de Paz é das 9 horas às 20 horas, de segunda a sexta-feira, e das 9 horas às 13 horas, aos sábados.

2 - O horário de atendimento do Julgado de Paz é das 9 horas e 30 minutos às 19 horas e 30 minutos, de segunda a sexta-feira, e das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos, aos sábados.

SEXTA

A instalação e o funcionamento do Julgado de Paz são acompanhados pelo Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz.

SÉTIMA

1 - O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.

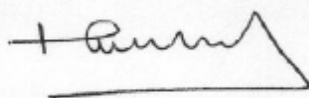
2 - As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

OITAVA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do Julgado de Paz e de orientações e recomendações do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, ou ainda, por imposição de alterações legislativas.

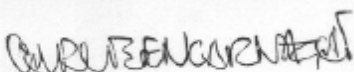
Coimbra, aos 8 dias do mês de Janeiro de dois mil e cinco.

PELO MINISTERIO DA JUSTIÇA



José Pedro Aguiar Branco
Ministro da Justiça

PELO MUNICIPIO DE COIMBRA



Carlos Manuel de Sousa Encarnação
Presidente da Câmara Municipal